

Um ensaio sobre algumas categorias do pensamento filosófico-educacional de John Locke

An essay concerning some categories of John Locke's philosophical-educational thought

Gustavo Araújo Batista
mrgugaster@gmail.com

Resumo: Este texto tem como propósito apresentar algumas das categorias do pensamento filosófico e educacional de John Locke (1632-1704), com o escopo de ensaiar uma possível relação entre elas. Nesse sentido, tais categorias seriam, em primeira instância, os elementos que articulam o pensamento do autor, a fim de que, em última instância, possam constituir-se em chaves para se pensar a importância de uma formação filosófica rigorosa, metódica e sistemática para o educador.

Palavras-chave: educação, filosofia, John Locke.

Abstract: This text has as purpose to show some of the categories of John Locke's (1632-1704) philosophical and educational thinking, in order to make an essay of a possible way through which they would be related. In this way, these categories would be, in first instance, the elements that articulate his thought, in order to, with it, in last instance, constitute themselves to be the keys to one think about the importance of the teacher's rigorous, methodical and systematical philosophical breeding.

Key words: education, philosophy, John Locke.

Introdução

Um ensaio que vise à elaboração de uma abordagem sobre algumas das categorias pelas quais o filósofo inglês John Locke (1632-1704) teria estruturado seu pensamento filosófico e educacional torna imperativa a necessidade de explicitar-se de que maneira teria sido realizado o desenvolvimento das mesmas. Dessa forma, entende-se que a compreensão da sua articulação (provavelmente feita, ainda que implicitamente, pelo próprio Locke) é de fundamental

importância para compreender-se melhor a forma e o conteúdo dos quais o referido pensador ter-se-ia servido para dar consistência, coerência e coesão tanto a sua proposta filosófica quanto à pedagógica.

Destarte, este texto encarregar-se-á de explicitar as categorias que, embora não sejam nomeadamente expostas pela própria pena de John Locke em quaisquer de suas obras, serviram-lhe de arcabouço para estruturar o seu pensamento filosófico e, conseqüentemente, o seu pensamento pedagógico.

A categoria *visão de mundo*

Nesta instância, cumpre explicitar a primeira categoria lockeana para que se compreenda melhor seu pensamento educacional e pedagógico. Trata-se da categoria *visão de mundo*. O conjunto da obra lockeana permite uma leitura que possibilita encontrarem-se elementos de várias visões de mundo. Isso contribui para verificar que a visão de mundo adotada por John Locke é, provavelmente, uma combinação de outras diferentes

visões de mundo, as quais possivelmente o influenciaram.

Para responder, pois, à questão sobre a visão de mundo sugerida por Locke, há que se verificar alguns fatores importantes no conjunto de algumas de suas obras, os quais serão explicitados a seguir.

Primeiramente, em seu *Ensaio Sobre O Entendimento Humano* (1997 [1690]), Locke deixa transparecer uma visão de mundo de caráter empirista, mas com alguns resquícios de caráter racionalista. Essa visão pode ser verificada na passagem “a razão deve ser o nosso último juiz e guia em tudo” (Locke, 2005, p. 977), uma vez que delega principalmente à experiência e, em segundo lugar, à razão a tarefa de serem as fontes de produção e de julgamento do conhecimento sobre a realidade. Dessa forma, postula que ambas – experiência e razão – são as únicas vias pelas quais se tem acesso ao conhecimento. Isso significa que, conforme Locke, aquilo que não se encontra nas dimensões empírica e/ou racional não pode ser conhecimento, tão somente crença, fé ou opinião. A passagem acima, extraída da supracitada obra, explicita a importância dada por seu autor à razão, da mesma forma que o trecho seguinte corrobora a soberania da experiência:

Suponhamos então que a mente seja, como se diz, um papel branco, vazio de todos os caracteres, sem quaisquer ideias. Como chega a recebê-las? De onde obtém esta prodigiosa abundância de ideias, que a ativa e ilimitada fantasia do homem nele pintou, com uma variedade quase infinita? De onde tira todos os *materiais* da razão e do conhecimento? A isto respondo com uma só palavra: da EXPERIÊNCIA. Aí está o fundamento de todo o nosso conhecimento; em última instância daí deriva todo ele (Locke, 2005, p. 106, grifos do autor).

O segundo fator a ser considerado refere-se à obra *Dois Tratados Sobre*

O Governo (2001 [1690]), na qual Locke deixa transparecer uma visão de mundo de cunho antiabsolutista, uma vez que advoga que a defesa da propriedade individual – aqui se incluindo a vida, a liberdade e os bens materiais oriundos do trabalho ao qual cada um se dá para tal – deve ser a razão da existência de todo e qualquer Estado. Isso, entretanto, não justifica que o Estado deva dispor de seus membros por outros motivos a não ser aqueles que, direta ou indiretamente, digam respeito à preservação das propriedades de seus membros. Em outras palavras, para Locke, o Estado existe em função do indivíduo e não vice-versa, uma vez que aquele nada mais seria do que uma instituição criada via contrato social por uma comunidade de indivíduos racionais que, em pleno gozo de sua liberdade e igualdade, consentem, implícita ou explicitamente, em aderir à sociedade política. Assim, tornam-se membros com direitos e deveres em relação a ela. Nesta passagem, extraída do Segundo Tratado, Locke resume magistralmente o motivo pelo qual é mais vantajoso para os seres humanos viverem em estado de sociedade, considerando-se a impotência e a limitação do estado natural: “o fim maior e principal para os homens unirem-se em sociedades políticas e submeterem-se a um governo é, portanto, a *conservação de sua propriedade*. Para tal fim, o estado de natureza carece de uma série de fatores” (Locke, 2001, p. 495, grifos do autor).

Em terceiro lugar considerando-se as suas quatro *Cartas Sobre Tolerância* (2004 [1689]), percebe-se que Locke propõe que o Estado não deve interferir em assuntos religiosos, a menos que se refiram a sua preservação em geral e à de seus membros em particular. Da mesma forma, o Estado deve manter-se afastado da religião (ou, melhor dizendo, da Igreja, entendida por Locke como

uma sociedade espontânea, ou seja, não-política, cujo intuito é a manifestação de alguma forma de culto público à Divindade). Ainda segundo os preceitos do autor, o Estado não deve interferir em assuntos estatais, a menos que isso diga respeito ao incentivo de seus adeptos no tocante à cooperação com o Estado. Nesse contexto, percebe-se que Locke propõe uma separação entre Política e Religião, ou entre Estado e Igreja, no sentido de que devem cooperar mutuamente, mas não se misturar ou confundir-se. Consequentemente, tais cartas sugerem uma visão de mundo na qual a dimensão do sagrado (isto é, a esfera religiosa) é tomada como algo que não deve imiscuir-se em certas questões profanas, quais sejam: os assuntos políticos.

A citação a seguir, retirada da primeira carta de Locke, sintetiza, conforme a postura por ele assumida, as respectivas esferas de atuação da autoridade civil e da autoridade eclesiástica:

O cuidado com as almas não pode pertencer ao magistrado civil, porque seu poder consiste apenas na força externa, enquanto que a religião verdadeira e salvadora consiste na persuasão interna da mente, sem a qual nada pode ser aceitável a Deus. E tal é a natureza do pensamento que ele não pode ser compelido à crença em qualquer coisa por força externa. A confiscação de propriedade, prisão, tormentos, nada dessa natureza pode ter tal eficácia que faça os homens mudarem o julgamento interno que estruturaram sobre as coisas (Locke, 2004, p. 79).

O quarto ponto a ser considerado refere-se à obra *Alguns Pensamentos Sobre Educação* (1693), na qual Locke defende que a educação deve considerar tanto o aspecto físico quanto o aspecto psíquico do ser humano. Isso significa afirmar que deve propiciar o desenvolvimento integral do homem,

posto que Locke delega à educação a finalidade de tornar o gentil-homem em um ser humano virtuoso. Destarte, a virtude seria, portanto, a meta final a qual a educação deveria atingir, tendo, por sua vez, Deus como fundamento¹. Tal postura leva a entender que a educação pretendida por Locke, por um lado, pressupunha a existência de Deus e, por outro, postulava a necessidade de estabelecê-Lo como a base de uma conduta virtuosa.

Desse modo, Locke intencionava uma educação que não ignorasse a importância de Deus para a moralização do ser humano e que, concomitantemente, não estivesse sob a tutela de uma de uma Igreja qualquer, tal como tem sido a educação religiosa ou confessional ao longo dos tempos. Assim, sugere uma visão de mundo um tanto quanto desvencilhada da hegemonia religiosa, mas não totalmente fora da religião, considerando-se que Locke também prescreve na supracitada obra que o seu educando devesse receber algumas noções elementares acerca de Deus e da maneira de relacionar-se com Ele. A seguinte passagem, extraída dos *Pensamentos*, ilustra, sumariamente, aquilo que Locke prescreve ser ensinado a seu educando a respeito de Deus:

deve ser impressa muito cedo em sua mente uma verdadeira noção de *Deus*, como o Supremo Ser independente, Autor e Criador de todas as coisas, de quem nós recebemos todo nosso bem, que nos ama e nos dá todas as coisas. E, em consequência disto, incutir dentro dele um amor e reverência deste Supremo Ser (Locke, 2000, p. 103, tradução nossa).

A categoria *ser humano*

Uma segunda categoria que se poderia mencionar no âmbito do

pensamento educacional lockeano é esta: o *ser humano*. A concepção de homem delineada por Locke, de acordo com o que se pode inferir de uma leitura feita a partir de suas obras, é uma concepção que não se revela original, posto que se trata de algo já encontrado em outros autores que lhe precederam, tanto no tempo quanto no espaço. Sendo assim, a concepção lockeana do homem faz coro ao dualismo psicofísico, tão presente na civilização ocidental, pois, ao conceber o ser humano como um ser composto de mente – espírito ou alma – e de corpo, ele o define realçando duas de suas dimensões consideradas essenciais: a dimensão física e a dimensão psíquica. Essas dimensões serão os dois grandes enfoques da educação proposta por Locke. Como um ser físico, o homem estaria vinculado ao mundo material, que é o conjunto das coisas perceptíveis através dos sentidos (os quais seriam, na visão de Locke, aqueles consagrados pela tradição aristotélica, tais como visão, audição, olfato, gustação e tato). Como um ser psíquico, o homem vincular-se-ia ao universo espiritual, conjunto das coisas perceptíveis através das faculdades mentais (imaginação, inteligência, memória, razão etc.).

A categoria *família*

Outra categoria relevante para se fazer um esboço do pensamento educacional lockeano é a categoria *família*. Alegando não ser ela uma sociedade política, resta ainda a Locke concebê-la como uma sociedade formada e mantida pelos laços consanguíneos entre os indivíduos. Embora Locke legitime o poder dos pais sobre os filhos ao referir-se ao poder paterno ou materno no *Segundo Tratado*, este poder não alcança,

tampouco legítima, o domínio dos pais sobre a vida e a liberdade individuais dos filhos. Desse modo, a família aqui é entendida como uma sociedade, que poderia ser vista como pré-política, uma vez que se trata de um tipo de sociedade que se forma para garantir, em primeira instância, a sobrevivência da própria espécie humana antes que o indivíduo tenha condições de exercer o seu próprio poder pelo uso de sua razão. Além disso, tal sociedade procura assegurar que o sujeito tenha condições de fazer parte, no porvir, de uma sociedade política. Todavia, a importância da família para Locke vai além disso, uma vez que pondera que é nela que se principia a educação do indivíduo, razão pela qual sua missão poderia ser sintetizada na seguinte expressão: criar, proteger e educar o ser humano.

A categoria *visão de grupo social*

Em relação às categorias *ser humano* e *família*, a relevante para uma leitura do pensamento lockeano é *visão de grupo social*. A obra do filósofo como um todo permite inferir que o autor, por aparentar estar em um meio-termo entre os valores ingleses aristocráticos e burgueses do Século XVII, parece ter concepções cujas matrizes sejam ora da nobreza ora da burguesia. Pelo fato de Locke ter tido, em vida, estreitos laços com indivíduos ligados à nobreza e à burguesia, como, por exemplo, seu amigo e protetor pessoal *Sir Anthony Ashley Cooper* (1621-1683), Primeiro Conde de Shaftesbury, um aristocrata cujos ideais aproximavam-no da burguesia, torna-se plausível que Locke tivesse sido duplamente influencia-

¹ Especificamente na Seção 136 dos *Pensamentos*, Locke dedica-se a tratar da maneira pela qual se deve incutir na mente do educando a verdadeira ideia de Deus, haja vista que isso significa o verdadeiro fundamento da virtude.

do. De qualquer forma, verifica-se que seu pensamento, em geral e em particular, e sua proposta pedagógica vinculam-se aos ideais de uma classe social que, constituindo-se a partir de elementos oriundos, simultânea e principalmente, da aristocracia e da burguesia inglesas seiscentistas, materializar-se-á como o grupo social dominante. Cambi (1999, p. 132, grifo do autor) resume a vinculação social da proposta pedagógica lockeana nos seguintes termos:

o modelo educativo elaborado por Locke, justamente pelas características que o ligam mais estreitamente aos ideais de uma determinada classe social, manifesta de forma exemplar os elementos fundamentais da “educação burguesa”, baseada no *self-government* e nas “virtudes sociais”, na utilidade e no primado da consciência moral, como também na valorização da natureza e da razão.

Corolário das categorias abordadas

Considerando-se as categorias até então abordadas, verifica-se que elas constituem elementos por intermédio dos quais Locke deixa transparecer os balizadores que teriam orientado a elaboração da sua concepção de educação. A partir da categoria *visão de mundo* (empirista, racional e antiabsolutista), concebe a educação como uma atividade cujo centro gravitacional seja a pessoa humana, tendo como finalidade criar condições para que o seu desenvolvimento psicofísico atinja a sua plena perfeição. Por essa razão, a proposta educacional consignada nos seus *Alguns Pensamentos Sobre Educação* poderia ser resumida com a sua frase inicial: “uma mente sadia em um corpo sadio é uma breve, porém completa, descrição de um estado fe-

liz neste mundo” (Locke, 2000, p. 4, tradução nossa). Ademais, cabendo à educação servir-se da experiência como campo de atuação, esta consiste em um terreno sobre o qual a educação deve estabelecer seus alicerces. Por conseguinte, a educação deve ser liberal, não no sentido de permitir ao educando fazer tudo o que quiser a seu bel-prazer, mas no sentido de o educador tratá-lo como um ser racional, o que faz dele, consequentemente, um ser livre, desde que aprenda a fazer uso de sua racionalidade. Do mesmo modo, a educação não deve ser confessional, e isso não significa que se deva ignorar completamente a dimensão religiosa na educação. Pelo contrário, deve-se ensinar o educando a ter uma concepção correta, isto é, racional, acerca da Divindade.

A partir de sua categoria *ser humano*, Locke concebe a educação como uma atividade que consiste em zelar pela sua dupla dimensão psicofísica. Nesse sentido, Locke subdivide a dimensão física em: (a) *higiênica*, que se refere ao ensino de hábitos que propiciem uma boa saúde corporal, como o uso de roupas adequadas, o período de sono, entre outros; (b) *alimentar*, que diz respeito ao ensino de hábitos que promovam uma adequada seleção e ingestão de alimentos; (c) *desportiva*, (referente à prática de esportes – natação e equitação, por exemplo –, como forma de enrijecer e disciplinar o corpo); (d) *manual*, que condiz ao ensino de uma habilidade ou de um ofício manual, como, por exemplo, a pintura ou o polimento. A dimensão psíquica, por sua vez, subdivide-se em: (a) *comportamental*, que se refere ao ensino das boas maneiras para se comportar adequadamente, de acordo com o contexto social; (b) *intelectual*, referente ao ensino de disciplinas relacionadas à formação intelectual do educando, tais como leitura, escrita,

ensino de línguas maternas, clássicas ou modernas, astronomia, aritmética, geografia, cronologia, história e filosofia natural; (c) *cívica*, que diz respeito ao ensino das leis civis, para que o educando tenha consciência de sua pertença ao corpo político, na qualidade de cidadão com direitos e com deveres em relação ao Estado; (d) *moral*, que trata do ensino das virtudes morais – autodomínio, coragem, prudência, sabedoria –, uma vez que essas são as únicas vias para se fugir dos vícios morais – covardia, preguiça, rebeldia – e se ter, consequentemente, um caráter moral elevado e digno de honra; (e) *religiosa*, referente ao ensino da existência de um Ser Superior – Deus – e de tudo aquilo que está relacionado a Ele, como, por exemplo, o ensino da leitura e da interpretação da Bíblia, com seus respectivos preceitos, bem como orações; (f) *lúdica*, que diz respeito à prática de atividades de entretenimento, como, por exemplo, correr e saltar ao ar livre, que também podem ser utilizadas tanto para cultivar o corpo quanto para formar intelectual e moralmente o indivíduo.

Considerando-se que Locke apresenta uma proposta educacional que procura contemplar a dupla dimensão psicofísica do ser humano, com suas respectivas subdivisões, salienta-se que o método por ele proposto para concretizar tal proposta é aqui denominado como empírico. Trata-se de um método pautado na experiência, uma vez que insiste no fato de que a experiência é o elemento primordial para que o ensino faculte a aprendizagem. Isso significa afirmar que, antes de o preceptor propor ao seu pupilo regras puramente abstratas como, por exemplo, as regras gramaticais ou as regras morais, deve preocupar-se em dar-lhe exemplos concretos de aplicação das mesmas, como mostrar um texto escrito de acordo com as

regras gramaticais ou uma ação de acordo com as regras morais). Isso facilitaria a aprendizagem, além de torná-la muito mais eficiente, ao invés de exigir simplesmente que o educando decore diversas regras, em abstrato, sem que saiba, talvez, realmente quando, como, onde, por que e para que serão aplicadas.

A categoria *família*, conforme afirmado anteriormente, é concebida por Locke como uma sociedade pré-política, uma vez que o ser humano começa a ter, a partir dela, suas primeiras noções de sociedade e de poder. Percebe-se que a *família* é de extrema importância para uma leitura do pensamento de Locke, uma vez que é através dela que o filósofo igualmente defende sua tese, segundo a qual a educação privada (ou seja, a que se faz em âmbito familiar) é preferível à educação pública (a que se faz em âmbito escolar). A família seria, pois, um ambiente mais propício para que a educação do indivíduo não sofresse desvios em seu processo, alcançando, assim, a sua correta finalidade, que é a formação psicofísica do homem. Em outras palavras, na família o educando tem como ser mais bem observado e disciplinado, pois, além de contar com o preceptor, o pupilo terá também os próprios pais ou responsáveis para auxiliá-lo em sua formação física e psíquica.

A *educação* encontra-se profundamente influenciada pela categoria *visão de grupo social*, porque Locke, defendendo os valores da nobreza e da burguesia de sua época e de

seu país, discorre única e exclusivamente sobre a educação pautada nos valores dos grupos sociais mais privilegiadas na Inglaterra do Século XVII. Assim, pode-se afirmar que em Locke inexistente uma proposta pedagógica para todos e quaisquer segmentos sociais, isto é, a proposta educacional lockeana tem caráter extremamente elitista. Nesse contexto, somente aos nobres e aos burgueses caberia uma educação mais apurada, ao passo que aos não nobres e aos não burgueses caberia uma educação voltada tão somente ao aprendizado de um ofício fabril ou manual. Ao expressar-se dessa maneira, entretanto, o filósofo exclui a maioria da sociedade do acesso à educação plena (psicofísica) por ele proposta.

No entanto, isso não desqualifica completamente o seu modelo educativo, haja vista que seu pensamento pedagógico possui méritos especulativos que podem ser apropriados, com o escopo de fornecer uma base teórica que possibilite a construção de uma prática educacional inspirada em ideais cuja concretização pode beneficiar a todos os segmentos sociais, desde que lhe sejam estendidos. Segundo destaca Cambi (1999, p. 321):

que Locke afinal não tenha levado em nenhuma conta o problema da educação do povo, como já foi muitas vezes destacado, ou que o tenha resolvido de forma caritativa ou através de escolas de trabalho forçado para os rapazes pobres, isso não vem prejudicar o valor teórico da sua proposta pedagógica. Uma proposta na qual a conexão entre educação e

participação concreta na vida social, o privilégio dado aos conteúdos pragmaticamente úteis à instrução, a ligação desta última com a experiência real dos educandos, a atenção para a formação ético-intelectual de um caráter livre e autônomo falam agora de um mundo e de valores que são o mundo e os valores da época propriamente moderna.

As categorias goldmannianas *consciência real* e *consciência possível*

Visto que o pensamento educacional lockeano fundamenta-se em uma série de pressupostos, mais um fator importante para que se possa relê-lo volta-se a duas outras categorias, a saber: a *consciência real*² e a *consciência possível*³. Considerando-se o *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, pode-se perceber que, nele, Locke é extremamente otimista em relação à experiência e à razão, pois acreditava que ambas seriam as armas mais poderosas das quais a humanidade poderia dispor para se libertar da ignorância e atingir, assim, o conhecimento. Nos *Dois Tratados Sobre o Governo*, verifica-se que o autor era igualmente um entusiasta da liberdade humana, pois esta, ao lado da existência ou da vida, constituiria uma das propriedades fundamentais às quais todo e qualquer ser humano teria direito. Nesse sentido, tratar de liberdade significa lidar com algo

² Esta expressão é um empréstimo do filósofo Lucien Goldmann (1913-1970), que a define nos seguintes termos: “a consciência real resulta de múltiplos obstáculos e desvios que os diferentes fatores da realidade empírica opõem e infligem à realização dessa *consciência possível*. Assim como é essencial para compreender a realidade social não mergulhar e não confundir a ação do grupo social essencial, a classe, na infinita variedade e multiplicidade das ações de outros grupos e até dos fatores cósmicos, também é essencial separar a *consciência possível* *duma classe* de sua *consciência real* num certo momento da história, resultante das limitações e dos desvios que as ações dos outros grupos sociais assim como os fatores naturais e cósmicos infligem a essa consciência de classe” (Goldmann, 2007, p. 51).

³ Assim como a categoria *consciência real*, esta é outra expressão emprestada de Goldmann (2007), a qual chegou a ser entendida como “a categoria que expressa o modo como uma determinada classe social concebe a realidade, maximizando-a pela mediação do senso comum, do folclore, da filosofia, da ciência, da religião, da literatura e das demais artes, ou seja, recorrendo-se a todas e quaisquer modalidades de expressão criadas pela humanidade; tal maneira de encarar a realidade, apesar de ser coerente com a classe social no interior da qual fora forjada, corre o risco de ser apenas uma visão parcial da realidade, por ser uma visão de classe e não uma visão de toda a sociedade, o que faz com que venha a transformar-se em ideologia” (Batista, 2008, p. 215-216).

que naturalmente pertence ao ser humano, razão pela qual nada nem ninguém teria o direito de tirá-la, desde que o mesmo faça o devido uso de sua faculdade de raciocinar, já que é isso o que lhe facultaria o pleno direito de ser livre. Dessa forma, o ser humano é livre na medida em que é racional.

Tendo em vista a obra *Alguns Pensamentos Sobre Educação*, pode-se perceber que Locke também se revela muito esperançoso em relação à educação, pois esta é, em última instância, o instrumento pelo qual o ser humano aprende a exercer a própria razão e, conseqüentemente, a própria liberdade.

Todavia, cumpre verificar que, sob a ótica da *consciência real*, outra face da obra de Locke vem à tona, posto que, apesar de todo o seu otimismo em relação à experiência, à razão, à liberdade e à educação, o filósofo também sabia que nem sempre seria possível atingir os ideais por ele concebidos e almejados. Por esse motivo, faz-se necessário investigar as limitações que ele próprio teria visto em seu pensamento. Desse modo, reconsiderando-se o *Ensaio Sobre O Entendimento Humano*, observa-se também que o autor sabia que, embora a experiência e a razão fossem as molas-mestras do conhecimento humano, as mesmas eram limitadas às ideias. Nesse sentido, pelo fato de a experiência e, conseqüentemente, a razão só se ocuparem as ideias produzidas pela mente a partir da sensação, da reflexão ou de ambas, o conhecimento ficaria, portanto, restrito a essas mesmas ideias. Isso significa que só se tem conhecimento na medida em que se tem ideias, pois, conforme anteriormente citado, o conhecimento é para John Locke “a percepção

da conexão e acordo, ou desacordo ou rejeição, de quaisquer de nossas ideias. Apenas nisto ele consiste” (Locke, 1997, p. 211).

Reconsiderando os *Dois Tratados Sobre O Governo*, observa-se que Locke sabia que, mesmo sendo a liberdade uma propriedade natural e inalienável do ser humano, a mesma poderia ser limitada tanto individual ou internamente quanto coletiva ou externamente, haja vista que o indivíduo, não usufruindo corretamente da sua faculdade racional, tornar-se-ia escravo das próprias paixões ou inclinações, assim como um regime político despótico ou tirânico poderia cercear, limitar ou até mesmo impedir as pessoas de serem devidamente livres.

Refletindo também sobre *Alguns Pensamentos Sobre Educação*, percebe-se o extremo otimismo em relação ao poder da educação⁴, o qual é capaz de contribuir positivamente para o desenvolvimento do exercício da razão e da liberdade no ser humano. No entanto, essa liberdade também poderia contribuir negativamente para isso, uma vez que Locke, ao observar a educação de seu tempo, percebia que a mesma ainda estava profundamente impregnada da concepção escolástica, a qual priorizava apenas a educação intelectual e moral (negligenciando a importância da educação física). Além disso, denunciava que tal tipo de formação limitava-se somente ao estudo do que já havia sido investigado pela filosofia aristotélico-tomista, capacitando os indivíduos apenas para discussões acadêmicas estereis e inúteis e, portanto, inúteis, em se tratando do conhecimento do mundo dos fatos reais ou concretos.

As finalidades específicas do Ensaio, dos Dois Tratados e dos Pensamentos

A partir do exposto, torna-se necessária uma abordagem sobre os intuítos que também podem ser auferidos das três obras de Locke aqui mencionadas, com o propósito de acrescentarem-se novos elementos à leitura aqui feita. Dessa forma, faz-se imperativo explicitar o alvo almejado por ele através da sua obra em geral, na qual o seu pensamento se encontra consignado.

Em se tratando de considerar a finalidade específica do *Ensaio Sobre O Entendimento Humano*, salienta-se que o mesmo objetiva tratar da problemática do conhecimento, adotando uma perspectiva empirista em relação a ele. Verifica-se que tal obra nada mais é, em linhas gerais, do que uma defesa da origem do conhecimento a partir da experiência. Nesse contexto, ainda que a razão, considerada uma das principais faculdades mentais humanas, também ocupe lugar muito importante na teoria lockeana do conhecimento, só tem condições de operar a partir dos dados sensoriais e reflexivos, oriundos das experiências externa (sensação) e interna (reflexão). Isso significa que, conforme essa teoria, a mente não tem, tal como postula o cartesianismo, ideias inatas, que facultem à razão operar com elas independentemente da experiência. Entretanto, Locke admite a existência de faculdades inatas na mente (como, por exemplo, a razão e a memória), as quais se desenvolvem apenas através do seu exercício, ou seja, a prática da experiência. Assim, o *Ensaio Sobre O Entendimento Humano* tem uma dupla finalidade: por

⁴ O que se confirma com a seguinte declaração de Locke: “eu posso dizer que, de todos os homens com os quais nós nos encontramos, nove entre dez são os que são, bons ou maus, úteis ou não, devido à sua educação. Isso é o que faz a grande diferença na humanidade” (Locke, 2000, p. 10, tradução nossa).

um lado, defender o empirismo e, por outro lado, combater o inatismo.

Considerando a finalidade específica dos *Dois Tratados Sobre O Governo*, pode-se afirmar que seu objetivo é tratar de filosofia política. Assim, essa obra tem como intuito apresentar uma teoria social e política que se ocupe de investigar as verdadeiras condições pelas quais os seres humanos formaram, através do pacto social, a sociedade política e, por extensão, tudo aquilo que dela decorre, a fim de preservar todas e quaisquer propriedades (inatas ou adquiridas) que cada um de seus membros possua. Dessa forma, os tratados discorrem sobre a preservação de toda e qualquer propriedade de cada um dos membros do corpo político, uma vez que a sua perda tornaria ilegítimo o Estado. Os *Dois Tratados Sobre O Governo*, portanto, consignam uma apologia à primazia da garantia das propriedades individuais por parte do Estado. Isso significa que John Locke defende a tese de que o Estado existe para o indivíduo (isto é, para proteger o seu membro), e não o indivíduo para o Estado.

Em referência, ainda, à finalidade específica de *Alguns Pensamentos Sobre Educação*, ressalta-se que constituem uma obra cujo escopo oferece sugestões bem práticas para que se possa educar de forma mais consistente e eficiente o cavalheiro ou o gentil-homem (*gentleman*), seja ele de origem nobiliárquica ou burguesa. Desse modo, a proposta pedagógica lockeana não consiste em uma teoria educativa ou pedagógica propriamente dita, uma vez que se limita menos a expor os princípios gerais pelos quais se deve educar o ser humano e mais em apresentar os resultados aos quais o próprio autor, em virtude de sua experiência pessoal como preceptor, havia chegado, já que teve a oportunidade de educar os filhos de alguns de seus amigos.

Dessa forma, *Alguns Pensamentos Sobre Educação* não seria, a rigor, um tratado sobre a educação, fato que o próprio John Locke reconhece. Ademais, tal obra constitui um registro da observação feita pelo filósofo a partir de sua própria vivência como docente, a qual se limita ao campo da educação individual – apesar de Locke ter exercido, durante sua passagem pelo *Christ Church* de Oxford, funções de docência acadêmica. A seguinte citação, retirada da última seção desta obra (Seção 217), pode abrilhantar ainda mais tudo o que se tem discorrido ao longo deste parágrafo.

Embora eu agora tenha chegado a uma conclusão sobre as considerações óbvias que se me sugeriram acerca da educação, eu não pensei que isso fosse considerado como um justo tratado sobre esse assunto. Existem milhares de outras coisas que merecem consideração; especialmente se forem considerados os vários temperamentos, as diferentes inclinações e os defeitos particulares que são encontrados nas crianças e, assim, prescrever os remédios adequados para os mesmos. A variedade é tão grande que requereria um volume; mesmo assim, não seria suficiente. Cada mente de um ser humano tem alguma particularidade, assim como sua face, que o distingue de todos os outros; e existem escassas possibilidades de que duas crianças possam ser conduzidas exatamente pelo mesmo método. Além disso, eu penso que um príncipe, um nobre, e um filho de um simples cavalheiro deveriam ter diferentes maneiras de educação. Mas, tendo-se aqui somente algumas visões gerais referentes ao principal fim e objetivos em educação, e aqueles desejados para o filho de um cavalheiro que, sendo então muito pequeno, eu o considerei apenas como uma folha branca, ou cera, a ser moldada e formada como se desejar; eu alcancei pouco mais que aqueles tópicos que eu julguei necessários para a educação de um jovem cavalheiro sobre a sua condi-

ção em geral; e agora publiquei estes meus ocasionais pensamentos com tal esperança que, longe de ser um tratado completo sobre este assunto, ou tal que cada um possa encontrar aquilo no qual ajustará o seu filho, ainda que isso possa dar alguma pequena luz àqueles cuja preocupação pelos seus queridos pequeninos faz deles tão irregularmente ousados que eles se atrevem a aventurar-se a consultar sua própria razão na educação de suas crianças, ao invés de confiar totalmente no antigo costume (Locke, 2000, p. 7, tradução nossa).

Essa última seção pode muito propriamente ser considerada como um resumo de toda a obra, em virtude de nela Locke fazer uma síntese de todo o percurso adotado na confecção de sua abordagem em torno de questões educacionais. Mesmo estando consciente da necessidade de uma obra que se aprofundasse ainda mais na problemática pedagógica, Locke acreditava já ter em mente pelo menos um duplo princípio norteador para a educação, o qual julgava muito mais seguro e eficaz para se empreender do melhor modo possível a tarefa educativa. Tal princípio duplo não é outro a não ser a experiência e a razão, capazes de fazer com que o educador possa moldar o educando do mesmo modo como se molda uma folha de papel em branco ou um pedaço de cera, dando-lhes a forma que se desejar.

Considerando as categorias até então abordadas, nota-se que as mesmas revelam, em primeira instância, que Locke vincula-se a uma tradição pedagógica que se funda, principalmente, em uma concepção antropocêntrica. Nesse contexto, trata-se de uma tradição pedagógica que tem o ser humano como o seu centro gravitacional, em torno do qual giram todas e quaisquer atividades pedagógicas. Isso significa que, sob o prisma de tal tradição pedagógica, o ser humano é, simul-

taneamente, o princípio e o fim de toda e qualquer atividade educativa, uma vez que é a razão da existência da educação. Ademais, convém afirmar que a tradição pedagógica à qual pertence Locke é também uma tradição que confere extrema importância à experiência, pelo fato de priorizar a dimensão empírica do conhecimento, tal como o atesta em seu *Ensaio Sobre O Entendimento Humano*. Locke transfere essa prioridade da dimensão empírica para a educação da mesma forma que o faz em *Alguns Pensamentos Sobre Educação*. Assim, pode-se afirmar que, revelando ser a experiência o alicerce tanto do conhecimento quanto da educação, Locke estaria vinculado também a uma tradição pedagógica empirista.

Entretanto, afirmar que a tradição pedagógica na qual John Locke encontra-se inserido é apenas uma tradição pedagógica antropocêntrica e empirista seria pensar, de forma um tanto quanto superficial, a respeito de outros ingredientes contidos em seu pensamento filosófico-educacional. Nesse sentido, pode-se dizer que o pensamento de Locke acoberta, ainda, uma tradição pedagógica racionalista, uma vez que, à luz de seus *Dois Tratados Sobre o Governo*, nota-se a defesa, ainda que de forma implícita, de uma educação que proporcione ao indivíduo o exercício pleno de sua liberdade através do desenvolvimento da sua faculdade de raciocinar, sendo o ser humano livre na medida em que é racional.

Conforme o panorama aqui exposto, no tocante à tradição pedagógica a qual John Locke encontrar-se-ia vinculado, verifica-se que, além de ser uma tradição pedagógica de caracteres empiristas, racionalistas e contratualistas (antiabsolutistas), também se percebe ser uma tradição pedagógica de caráter religioso. Não se verifica, porém, nenhuma vinculação confessional específica,

no âmbito do monoteísmo judaico-cristão. A razão de tal alegação repousa no fato de que a educação pretendida por Locke, embora apresente resquícios de religiosidade judaico-cristã, é uma educação que não se direciona ao ensino e à aprendizagem de uma determinada religião ou seita em particular. Isso significa que não se trata de defender uma educação religiosa nos moldes eclesiásticos, mas uma educação que apresente uma concepção a respeito da existência de Deus e da religião da maneira mais simples possível, afastando-se, pois, das concepções de cunho eclesiástico vigentes em sua época.

A formação do educador: categoria *preceptor*

Uma vez que o trabalho de pesquisa aqui registrado também procura demonstrar em que medida o pensamento proposto por Locke pode servir para se pensar na formação do professor, há que se explicitar o modo pelo qual tal pensamento apresenta o modelo de professor (*preceptor*) que julga necessário existir para atender às exigências desta educação. Nas seções 89 e 93 de *Alguns Pensamentos Sobre Educação*, pode-se encontrar, de maneira sucinta, um esboço da concepção lockeana do *preceptor*, como exposto a seguir:

Do mesmo modo que o exemplo do pai deve ensinar o filho a respeitar seu *preceptor*, do mesmo modo o exemplo deste deve estimular o menino às ações cujo hábito pretende inculcar-lhe. Sua conduta não deve desmentir jamais seus preceitos, a menos que queira pervertê-lo. Não servirá de nada que o *preceptor* lhe fale da necessidade de reprimir as paixões, se ele mesmo se abandona a alguma delas; e em vão procurará reformar um vício ou uma incon-

veniência de seu discípulo, se ele o permite a si mesmo. Os maus exemplos se seguem mais seguramente que as boas máximas. O *preceptor* deve, pois, proteger com cuidado seu aluno contra a influência dos maus exemplos [...].

[...] Para formar um jovem cavalheiro como se deve, é necessário que o *preceptor* seja um homem bem educado; que conheça os modos de conduta e as maneiras de civilidade em todos os tipos de pessoas, tempos e lugares; que mantenha o seu discípulo, assim que a idade o permita, observando isso constantemente. Esta é uma arte que não se pode aprender nem ensinar através dos livros. Nada pode proporcionar-lhe senão as boas companhias e a sua observação ao mesmo tempo. [...] A ciência [...], se não lhe for bem proporcionada, far-lhe-á mais impertinente e intolerável no trato. A educação é aquilo que dá brilho às outras qualidades e faz com que elas lhe sejam úteis, proporcionando-lhe a estima e benevolência daqueles que o rodeiam. Sem a boa educação, todas as demais qualidades não conseguem senão fazê-lo passar por um homem orgulhoso, pedante, vão e tolo (Locke, 2000, p. 89, tradução nossa).

De acordo com seções anteriores, verifica-se que o *preceptor* é concebido mais como um ser humano de moral do que como um ser humano de ciência, uma vez que, para Locke, a educação moral tem primazia sobre a educação intelectual. Isso não significa, certamente, que o *preceptor* não precise oferecer ao seu discípulo a educação intelectual. Pelo contrário, o educador deve oferecê-la, mas associada à educação moral, que é a mais elevada – e, também, a mais trabalhosa, posto que tem como objetivo o ensino da virtude. Desse modo, o *preceptor* deve ser muito mais um ser humano de exemplos do que de discursos, isto é, deve estar mais preocupado em educar através das suas atitudes do que

através de seus palavreados. Dessa forma, em se tratando do processo educativo, os exemplos são bem mais consistentes e eficientes do que as palavras.

A categoria temperamento

Uma vez esboçando a sua concepção de preceptor, Locke parte para a consideração sobre outra categoria de seu pensamento educacional: o *temperamento*. Devido a sua experiência como preceptor, Locke pôde averiguar que os educandos possuem diversos tipos de temperamento, razão pela qual é preciso que o educador tenha isso em mente, a fim de que a sua tarefa educativa seja levada a bom termo. É possível inferir, a partir da obra *Alguns Pensamentos Sobre Educação*, que o temperamento é definido implicitamente como o conjunto das tendências que o indivíduo tem, desde o seu nascimento, para se comportar de determinada maneira. Isso significa que, para John Locke, o indivíduo é predisposto, naturalmente, a comportar-se desta ou daquela forma. Entretanto, isso não significa que o temperamento não possa ser moldado, uma vez que Locke estabelece que, através da educação, consegue-se modificar o temperamento do indivíduo, imprimindo-lhe hábitos. Destarte, para o educador exercer a sua tarefa eficazmente, deve conhecer, igualmente, o temperamento do educando, pois isso lhe proporcionará identificar quais hábitos devem ser selecionados para serem impressos nele. Esses hábitos precisam ter como objetivo máximo fazer com que o estudante exerça o seu papel de ser racional, afinal, a educação não deve ser, para Locke, outra atividade a não ser aquela que possibilite a construção do uso da razão. Eis o que escreve John Locke na seção 101 de *Alguns Pensamentos Sobre Educação*:

Começai, portanto, desde muito cedo a observar o temperamento de vosso filho; e isso quando ele estiver mais abandonado a si mesmo em seus jogos e quando se julgar longe de vossa vista. Indagai quais são suas paixões dominantes, seus gostos favoritos; se for feroz ou doce, atrevido ou tímido, compassivo ou cruel, aberto ou reservado etc. Com efeito, segundo aquilo que difiram suas inclinações, deverão diferir também vossos métodos e vossa autoridade deve, de certa maneira, ajustar-se a tais inclinações para influir de diferentes maneiras em sua mente. Não se trata de proceder segundo regras fixas com tais tendências relativas, com tais disposições predominantes, nem atacá-las de frente, principalmente as que são mais doces ou moderadas e que derivam do temor, de uma espécie de debilidade da mente. Podem, pois, ser corrigidas através da arte e direcionadas para bons propósitos. Porém, façais o que façais, tende a segurança de que a mente inclinar-se-á sempre para o lado que a natureza primeiramente dispôs; e, se observais atentamente o caráter do menino em suas primeiras ações na vida, podeis logo adivinhar para quais lados se inclinam seus pensamentos, quais são seus pontos de vista, inclusive mais tarde, depois que já se tiver tornado um homem, ocultar os seus desígnios e empregar os vários meios para consegui-los (Locke, 2000, p. 49, tradução nossa).

A categoria crença em Deus

Pelo fato de John Locke não se esquivar da tarefa de educar o indivíduo também segundo critérios religiosos, uma vez que concebe a Divindade como o fundamento daquilo que é mais caro ao seu pensamento educacional, ou seja, a virtude, percebe-se que a crença em Deus é introduzida em *Alguns Pensamentos Sobre Educação* como um ingrediente que deve ser uti-

lizado para que o educando possa ter o exemplo supremo e absoluto da virtude. Dessa forma, Locke preconiza que deve ser ensinada ao pupilo a crença em Deus que leve em consideração, sobretudo, a Sua correta concepção. Tal crença não deve levar ao ateísmo, ao proselitismo, ao fanatismo, ao irracionalismo e à superstição, mas sim a uma fé sadia, lúcida e racional, que faça com que o indivíduo conceba Deus como o ser virtuoso por excelência. Além disso, Locke também procura fazer com que se evite ensinar ao indivíduo coisas desnecessárias a respeito de Deus, como, por exemplo, lucubrações a respeito de Sua Essência e de Seu Ser, uma vez que isso, assim se pode inferir, é tarefa relegada aos teólogos. Nesse sentido, educação por ele proposta não tem como objetivo formar um teólogo profissional, mas sim um jovem cavalheiro que acredite em Deus, reconhecendo-Lhe a providência, tributando-Lhe amor, respeito e gratidão e, principalmente, tendo-O como paradigma incontestado da virtude. Locke assim se expressa na seção 136:

Como seu fundamento [ou seja, como fundamento da virtude], é mister, desde muito cedo, imprimir na mente do menino uma noção verdadeira de Deus, apresentando-lhe como o Ser Independente e Supremo, Autor e Criador de todas as coisas, de quem recebemos o nosso bem, Aquele que nos ama e que nos dá todas as coisas. E, por conseguinte, inspireis ao menino o amor e o respeito ao Ser Supremo. Isto bastará para começar sem que seja necessário dar-lhe a este propósito explicações mais amplas. É terrível, com efeito, se lhe falamos demasiado cedo a respeito das existências espirituais, e se nos esforçamos fora de propósito em fazer-lhe compreender a incompreensível natureza do Ser Infinito, que enchamos a sua mente de ideias falsas ou lhe perturbemos com noções ininteligíveis. Contentemo-nos em ter

ocasião de dizer-lhe que Deus fez e governa tudo aquilo que existe, que Ele ouve e vê tudo, e que enche de toda espécie de bens aqueles que O amam e Lhe obedecem. Uma vez que tenhais ensinado o vosso filho a conceber de Deus esta ideia, vê-lo-eis formar por si mesmo bem rápido outras ideias sobre Sua natureza. Se essas ideias encerram alguns erros, apressai-vos em retificá-los. E eu penso que valeria muito mais, em geral, que os homens se detivessem nesta noção de Deus, sem serem demasiado curiosos para perscrutar suas ideias a respeito da natureza de um Ser cuja natureza incompreensível todos devem reconhecer. Porém, há muitas pessoas que, não tendo bastante força para distinguir o que podem e o que não podem conhecer, lançam-se à superstição ou ao ateísmo, tão rápido fazendo Deus à sua imagem, tão rápido (por não poder formar uma ideia d'Ele) não o admitindo em absoluto. Estou disposto a crer que se habituem os meninos a realizar regularmente, pela manhã e à tarde, atos de devoção a Deus, como seu Criador, Preservador e Benfeitor, através de uma oração de forma curta e simples, apropriada à sua idade e à sua inteligência, o que será muito mais útil para eles em religião, conhecimento e virtude do que distrair seus pensamentos com curiosas investigações sobre sua inescrutável essência e ser (Locke, 2000, p. 67, tradução nossa).

A categoria prudência

Estabelecendo, pois, a importância de ensinar ao educando a crença em Deus, por ser esta o princípio da virtude, Locke passa a considerar, de modo particular, aquela virtude que, segundo ele, é extremamente imprescindível à educação do jovem cavalheiro. Trata-se, pois, de uma outra categoria de seu pensamento educacional: a *prudência*, a qual é especialmente abordada na seção 140 de *Alguns Pensamentos Sobre Educação*. Locke não tem

uma definição especial a respeito da prudência. Tanto isso é verdade que ele a toma da mesma forma como era entendida popularmente em sua época. Em contrapartida, isso não desqualifica seu pensamento, uma vez que o mesmo postula que o ensino da prudência, desde a mais tenra idade, cria condições para afastar o educando de vícios, tais como a astúcia (considerada por Locke como uma debilidade da inteligência), a hipocrisia e a mesquinhez. Dessa forma, faz-se com que esse mesmo indivíduo seja uma pessoa íntegra, veraz e nobre, ou seja, uma pessoa de moral ilibada, pois tais atributos são convenientes a um cavalheiro. Além disso, Locke também defende que o ensino da prudência cria condições para que o indivíduo seja bem aceito na sociedade na qual está inserido e da qual faz parte:

chamo prudência, em seu sentido popular, à qualidade de um homem que conduz no mundo seus assuntos com habilidade e previsão. Isto é efeito de um bom temperamento natural, da aplicação da mente e, sobretudo, da experiência; está, pois, fora do alcance das crianças. Desde tal ponto de vista, o melhor que se pode fazer é impedi-los de usar a astúcia. A astúcia, com efeito, ainda quando imite a prudência, está tão distante dela quanto possível; como o macaco, que se parece com o homem, mas privado do que faria dele realmente um homem, serve-lhe somente como um modelo mais feio. A astúcia não é senão uma insuficiência de inteligência; não podendo alcançar seu fim pelo caminho certo, aspira a alcançá-lo pela hipocrisia e por uma dissimulação; e o pior é que tais artifícios não servem mais do que uma vez; não podem senão prejudicar se lhes acorrem novamente. Nunca se fez uma envoltura fina o bastante para que se pudesse cobrir-se a si mesma, nada é bastante sagaz para dissimular o que é; e uma vez que é reconhecido como tal, todos o olham e desconfiam dele. O mundo inteiro une-se com entusiasmo para combatê-lo e descobri-lo, ao passo que o homem franco, honrado e

prudente não encontra senão pessoas dispostas a caminhar com ele, e vai direto ao seu fim. Habituá-lo a um menino a ter noções exatas sobre estas coisas, e a não se dar por satisfeito enquanto não as tiver; educar sua mente nos pensamentos grandes e nobres; pô-lo em guarda contra a falsidade e contra a astúcia, que vai sempre mesclada de alguns graus de falsidade, tal é a melhor preparação para a prudência. O resto, que se aprende com o tempo, pela experiência, pela observação, pela companhia dos homens, pelo conhecimento de seus temperamentos e de seus desígnios, não se pode esperar da ignorância e do aturdimento dos meninos, nem do calor irreflexivo e feroso dos jovens. Tudo aquilo que se pode fazer antes da maturidade, desde o ponto de vista desta virtude, é acostumar os meninos a ser francos e sinceros, a submeter-se à razão e a refletir sobre suas próprias ações (Locke, 2000, p. 69, tradução nossa).

A categoria boas maneiras ou civilidade

Uma vez discorrendo sobre o fato de a prudência ser indispensável à educação do jovem cavalheiro, Locke tece uma abordagem a respeito de outra categoria de seu pensamento educacional: as *boas maneiras* ou a *civilidade*. De acordo com o testemunho de Luzuriaga (1972, p. 146), “Locke dá muita importância, e com razão, às boas maneiras, hoje tão pouco consideradas na educação. Como tal, entende não apenas a urbanidade, mas em geral a conduta social inteira, a conversação, a atenção aos outros, a tolerância etc.”. Isso significa que Locke concebe as boas maneiras como um conjunto de comportamentos que o educando possui para aprender a externar, perante a sociedade, tudo aquilo que tem aprendido em seu processo educacional. Em outras palavras, as boas maneiras constituem a manifestação mais imediata do tipo de educação que o jovem cavalheiro rece-

beu, constituindo-se, desse modo, em elemento primordial para fazer com que o educando seja integrado socialmente, relacionando-se bem com os demais indivíduos. Locke oferece uma concepção de caráter mais negativo à respeito da civilidade, embora não discorra muito sobre esse conceito. Insiste, porém, em demonstrar o que não é a civilidade.

Distinguirei quatro defeitos que são os mais diretamente contrários à civilidade, que é a primeira e a mais atrativa de todas as virtudes sociais. De um destes quatro defeitos deriva-se ordinariamente a incivilidade. Eu os exporei aqui a fim de que os meninos sejam preservados, ou ao menos libertados de sua má influência:

- (i) o primeiro é uma rudeza natural que faz um homem sem complacência para com os demais homens, prescindindo de suas inclinações, de seus temperamentos ou de sua condição [...];
- (ii) um segundo defeito é o menosprezo, a falta de respeito que se descobre em seus olhares, em suas conversações ou em seus gestos e que, de qualquer parte que proceda, sempre é desagradável [...];
- (iii) o espírito crítico, a disposição de encontrar falhas nas demais pessoas, está em oposição direta à civilidade [...];
- (iv) o desejo de disputar é também um defeito contrário à civilidade, não somente porque frequentemente produz inconvenientes e provocações através de expressões e de condutas, mas porque isso é uma acusação tácita e uma reprovação de algum tipo de incivilidade percebida naqueles com os quais estamos irritados [...].

[...] Há outra falta contra as boas maneiras, que é a de ser demasiado cerimonioso e obstinado em impor a certas pessoas homenagens que não lhes são devidas e que não podem aceitar sem loucura ou vergonha (Locke, 2000, p. 70-72, tradução nossa).

A categoria instrução

Ao julgar encerradas suas considerações a respeito das boas maneiras ou da civilidade, Locke aborda aquela categoria de seu pensamento educacional que deixa para considerar nas partes finais de *Alguns Pensamentos Sobre Educação: a instrução*. Embora fosse um homem extremamente dado à erudição, Locke concebe que a instrução é aquilo que deve vir por último, em se tratando de educar um jovem cavalheiro, uma vez que pressupõe uma formação moral anterior, sem a qual o seu significado e o seu valor perder-se-iam. Desse modo, a instrução não é a única nem a mais importante parte da educação, mas consiste somente na transmissão de um ou de vários conjuntos de saberes, cujo intuito restringe-se à formação intelectual do indivíduo. Tal formação tem significado e valor apenas se for precedida de uma formação moral fundada sobre os inabaláveis alicerces da experiência e da razão.

Nas seções 147 e 148, Locke tece o seu discurso apologético em relação à primazia da formação moral – cujo escopo é a virtude – à formação intelectual – cujo escopo é a instrução.

A leitura, a escrita, a instrução, tudo isso eu acredito necessário; porém, não creio que seja a parte principal da educação. Imagino que tomaríeis por louco alguém que não estimasse infinitamente mais a um homem virtuoso e prudente do que um grande homem de escola. Não é que, a meu entender, não seja a instrução um grande socorro para as mentes bem dispostas para fazê-las discretas e virtuosas; porém, a meu juízo, é preciso reconhecer também que nas mentes cuja disposição seja pior, não serve senão para fazê-las mais débeis ou piores. Digo isso porque quando chegar o dia em que, preocupados com a educação de vosso filho, busqueis um mestre-escola ou um

preceptor, não penseis somente, como é costume, em latim e em lógica. A instrução é necessária; porém, não se deve colocar senão em segundo lugar, como um meio de adquirir qualidades mais elevadas. Buscai, pois, alguém que saiba formar discretamente as maneiras de seu discípulo; ponde, pois, vosso filho em tais mãos para que possais, na medida do possível, garantir sua inocência, desenvolver e alimentar suas boas inclinações, corrigir docemente e curar os males e fazer-lhe adquirir bons hábitos. Este é o ponto importante. Uma vez que se tenha conseguido, a instrução pode ser adquirida em troca e, a meu juízo, por métodos fáceis de serem pensados (Locke, 2000, p. 74, tradução nossa).

Considerações finais

Dando-se por encerrado o ensaio aqui feito, cujo intuito consistiu em elaborar uma abordagem sumária sobre algumas das categorias do pensamento educacional lockeano, acredita-se ter, com isso, um esboço que permita vislumbrar uma possível estruturação dos principais conceitos dos quais o filósofo inglês ter-se-ia servido, implícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, para construir a sua filosofia em geral e a sua pedagogia em particular. Essa estruturação espera contribuir para que se possam ter à disposição alguns elementos conceituais adicionais, que permitam refletir de forma mais clara e precisa sobre a problemática educacional ou pedagógica atual. Especificamente, procura-se ainda ponderar acerca da formação do professor, que é um dos agentes fundamentais do processo de ensino e aprendizagem. A ele cabe, sobretudo, acerrar-se das exigências e dos desafios existentes em relação ao tipo de educação que se pretende praticar, para, assim, atingirem-se os objetivos pedagógicos almejados para a formação psicofísica do ser

humano. Salienta-se, entretanto, que, de modo algum, este é um empreendimento fácil, e sabe-se o quanto tal atividade dispensa de seriedade e competência, características fundamentais requeridas por quem se dedica à docência.

Referências

BATISTA, G.A. 2008. *O naturalismo e o contratualismo em John Locke e em Jean-Jacques Rousseau: convergências mapeadas pela análise de algumas categorias de seus pensamentos à luz metodológica do*

materialismo histórico-dialético. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 229 p.

CAMBI, F. 1999. *História da Pedagogia*. São Paulo, UNESP, 701 p. (Encyclopaídeia).

GOLDMANN, L. 2007. *Ciências Humanas e Filosofia: "O que é a Sociologia?"*. Disponível em: www.culturabrasil.org.zipgoldmann.pdf. Acesso em: 13/09/2007.

LOCKE, J. 2004. *Cartas Sobre Tolerância*. São Paulo, Ícone, 496 p.

LOCKE, J. 2001. *Dois Tratados Sobre o Governo*. São Paulo, Martins Fontes, 639 p.

LOCKE, J. 1997. *Ensaio Sobre O Entendimento Humano*. São Paulo, Nova Cultural, 259 p. (Os Pensadores).

LOCKE, J. 2005. *Ensaio Sobre O Entendimento Humano*. Lisboa, Fundação Calouste-Gulbenkian, 1029 p.

LOCKE, J. 2000. Some Thoughts Concerning Education. Disponível em: http://fordham.edu/harsall/mod/1692_lock-education.html. Acessado em: 15/05/2000.

LUZURIAGA, L. 1972. *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 350 p.

Submetido em: 15/06/2009

Aceito em: 14/06/2010

Gustavo Araújo Batista
Universidade de Uberaba
Campus Aeroporto
Av. Nenê Sabino, 1801,
Bairro Universitário
38055-500, Uberaba, MG, Brasil